

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;




- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Luiz Fernandes Carvalho Tenório  
Contador CRC 1 SP 264072/O-9

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.207	4.866
Contas a receber	5	37.647	9.372
Estoques	6	5.872	5.804
Impostos a recuperar	7	3.643	3.453
Outros ativos		529	907
		<u>89.898</u>	<u>24.402</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		777	945
Investimento		1	1
Imobilizado	9	75.907	81.360
Intangível		8	50
		<u>76.693</u>	<u>82.356</u>
Total do ativo		<u><u>166.591</u></u>	<u><u>106.758</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	10	6.259	5.084
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	5.618	5.080
Outras contas a pagar		832	582
		<u>12.709</u>	<u>10.746</u>
Não circulante			
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e ci	12	2.217	2.463
		<u>2.217</u>	<u>2.463</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	517.308	460.199
Prejuízos acumulados		(365.643)	(366.650)
		<u>151.665</u>	<u>93.549</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>166.591</u></u>	<u><u>106.758</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	15	169.117	85.419
Custo dos produtos vendidos		(150.766)	(79.857)
Lucro bruto		18.351	5.562
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas vendas	16	(4.919)	(2.324)
Despesas administrativas e gerais	16	(21.342)	(13.213)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(407)	(1.114)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		(8.317)	(11.089)
Despesas financeiras	17	(318)	(82)
Receitas financeiras	17	1.229	274
Variação cambial líquida	17	8.897	(276)
Resultado financeiro líquido		9.808	(84)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	13	(484)	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		1.007	(11.173)
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		0,0019	(0,0243)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.007	(11.173)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>1.007</u>	<u>(11.173)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2023	438.621	(355.477)	83.144
Aumento de capital	21.578	-	21.578
Prejuízo do exercício	-	(11.173)	(11.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	460.199	(366.650)	93.549
Aumento de capital	57.109	-	57.109
Lucro líquido do exercício	-	1.007	1.007
Saldos em 31 de dezembro de 2024	517.308	(365.643)	151.665

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		1.007	(11.173)
Ajustes para conciliar o prejuízo pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		9.654	10.089
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	12	(246)	532
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber e outros ativos		(27.897)	(4.231)
Estoques		(68)	465
Tributos a recuperar		(190)	(316)
Depósitos judiciais		168	125
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		1.175	2.404
Obrigações trabalhistas e tributárias		538	737
Outras Contas a Pagar		250	(109)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(15.609)	(1.477)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento			
Acrécimo do imobilizado	9	(4.159)	(18.029)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.159)	(18.029)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento			
Aumento do capital social	DMPL	57.109	21.578
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		57.109	21.578
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		37.341	2.072
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.866	2.794
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		42.207	4.866
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		37.341	2.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado constituída em julho de 2007, tendo como objetivo social principalmente o processamento e industrialização de proteínas e produtos alimentares transformados para o mercado brasileiro e estrangeiro e a comercialização e exportação de proteínas preparadas e congeladas. Desta forma, produz e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e frangos. Possui produção para escalas diversas que visam abastecer o mercado interno e externo de produtos para o segmento de Food Services.

A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos - SP, na Rua João Ribeiro do Nascimento, 355, Chácara Minerva, CEP: 14781-530.

A Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, que representam, substancialmente, transações comerciais e de captação de recursos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, os quais não necessariamente indicam as condições que teriam existido ou os resultados das operações que poderiam ter sido obtidos, caso as transações tivessem sido efetuadas apenas com partes não relacionadas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 25 de abril de 2025.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

#### a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### b) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

#### d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

### Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias:

- i) Ativos mensurados ao custo de amortização;
- ii) Valor justo por meio do resultado; ou
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo de amortização: os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

- Valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado;
- Valor justo por meio do resultado abrangente: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". (Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- Desreconhecimento ativos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.
- Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado: os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado;
- Desreconhecimento de passivos financeiros: os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### i) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das informações contábeis. É constituída Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existente.

k) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
	Ao ano	Ao ano
Edificações	5,34%	5,36%
Máquinas e equipamentos	6,78%	6,63%
Moveis e utensílios	10,32%	10,70%
Computadores e periféricos	17,08%	18,07%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

l) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment test")

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia considerou o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

s) Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia satisfaça sua obrigação de desempenho.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 15.

t) Novas normas, alterações e interpretações

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Empresa. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- Alteração da Norma IAS 21 - Falta de conversibilidade: esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

- Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7): esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas;
- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; e

- Alteração da norma IAS 12 - Imposto de renda: esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024 para Espanha, Hungria e Canadá. O Brasil iniciou a adoção das regras de Pilar Dois através da criação de Adicional de CSLL a ser calculado com base no universo das empresas brasileiras (QDMTT) através da publicação da lei 15.079/23 aplicável a partir do ano calendário 2025. É fato que em todos os países nos quais a Empresa possui atividades industriais e comerciais relevantes, as entidades controladas são tributadas por alíquotas nominais de tributos sobre o lucro superiores a 15%, inclusive no Brasil. No mais, não há expectativa para os anos seguintes, de que ocorram alterações legislativas ou transações extraordinárias que resultem em alíquotas efetivas de tributos sobre o lucro inferiores a 15% nas geografias nas quais a Empresa desempenha atividades industriais e comerciais relevantes. Assim, a Empresa não tem expectativa de exposição significativa a efeitos de Pilar Dois em nenhuma das jurisdições nas quais mantém operação, e conseqüentemente, não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis referente a entrada em vigência desta alteração de norma."

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### u) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

## MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia compõem-se como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	13
Bancos conta movimento	136	75
Aplicações financeiras	38.966	590
Disponibilidades em moedas estrangeiras	3.105	4.188
Total	42.207	4.866
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional:		
Certificado Depósito Bancário (CDB)	1.328	590
Debêntures	37.638	-
Total	38.966	590

Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, são considerados "Caixas e equivalentes de caixa" os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras; e (iii) disponibilidade em moeda estrangeira, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

### 5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber - mercado interno	964	184
Duplicatas a receber - mercado externo	410	4.000
Duplicatas a receber - partes relacionadas	36.273	5.188
Total	37.647	9.372

A Companhia realiza vendas com partes relacionadas com valores e condições normais de mercado.

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer:	37.641	8.900
Vencidas:		
Até 30 dias	-	377
De 31 a 60 dias	-	94
De 91 a 180 dias	6	1
Total	37.647	9.372

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. A administração da Companhia entende que não há riscos efetivo de eventuais perdas de contas a receber que necessite a constituição de Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

## MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

#### 6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifados e materiais secundários	5.872	5.804
Total	5.872	5.804

#### 7. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recuperar	2.463	3.450
Imposto de renda e CSLL	1.180	3
Total	3.643	3.453

#### 8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições na descrição a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

Operações comerciais com partes relacionadas, inclusas nos saldos de contas a receber, fornecedores e receita operacional líquida:

Contas a receber em clientes	31/12/2024	31/12/2023
Minerva S.A.	6.114	5.188
Minerva Foods Chile S.P.A.	782	-
Minerva Meats USA INC.	29.377	-
Total	36.273	5.188

Contas a pagar em fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
Minerva S.A.	3.414	1.446
Total	3.414	1.446

Receita sobre vendas	31/12/2024	31/12/2023
Minerva S.A.	95.001	81.181
Minerva Meats USA INC.	81.111	-
Total	176.112	81.181

Compra de mercadorias/produtos	31/12/2024	31/12/2023
Minerva S.A.	81.431	16.655
Total	81.431	16.655

Todas as operações são realizadas de acordo com os parâmetros normais de mercado, tanto para preços como prazos.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselho da Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.715 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.515 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício de 2024, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023\*

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Líquido
Terrenos	-	381	-	381	381
Edificações	5,34%	80.113	(33.618)	46.495	48.836
Máquinas e equipamentos	6,78%	113.979	(88.759)	25.220	31.056
Moveis e utensílios	10,32%	2.564	(2.065)	499	427
Computadores e periféricos	17,08%	2.327	(1.951)	376	400
Imobilizações em andamento	-	2.936	-	2.936	260
Total		202.300	(126.393)	75.907	81.360

b) Movimentação sumária do imobilizado no exercício de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

	Terrenos	Edificações	Máq. e equip.	Móveis e utensílios	Computadores e perif.	Imob. em andamento.	Total
Saldo 1º de janeiro de 2024	381	48.836	31.056	427	400	260	81.360
Adições	-	-	7	-	-	4.152	4.159
Transferência	-	544	628	190	114	(1.476)	-
Depreciação	-	(2.885)	(6.471)	(118)	(138)	-	(9.612)
Saldo 31 de dezembro de 2024	381	46.495	25.220	499	376	2.936	75.907

## MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

### c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se os seguintes principais projetos: atendimento às normas regulatórias (NR's), ambientais e de segurança do trabalho, automação operacional para atendimento aos mercados mais rentáveis.

## 10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Nacionais	2.845	3.570
Internacionais	-	68
Partes relacionadas	3.414	1.446
<b>Total</b>	<b>6.259</b>	<b>5.084</b>

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	6.254	5.001
Vencidas:		
Até 30 dias	-	26
De 31 a 60 dias	-	33
De 61 a 90 dias	5	14
Acima de 91 dias	-	10
<b>Total</b>	<b>6.259</b>	<b>5.084</b>

## 11. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas		
Salários e <i>pró-labore</i>	208	191
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	1.134	1.036
Provisão de férias/ 13º e encargos	2.752	2.549
Outros proventos e encargos	1.088	983
<b>Total trabalhista</b>	<b>5.182</b>	<b>4.759</b>
Tributárias		
Outros tributos e taxas	436	321
<b>Total tributárias</b>	<b>436</b>	<b>321</b>
<b>Total obrigações trabalhistas e tributárias</b>	<b>5.618</b>	<b>5.080</b>

## 12. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

### Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

Processos	31/12/2024	31/12/2023
Contingências para reclamações trabalhistas	2.217	2.463
Total	<u>2.217</u>	<u>2.463</u>
Movimentação	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.463	1.931
Provisões feitas durante o período	7	660
Provisões revertidas durante o período	(253)	(128)
Saldo final	<u>2.217</u>	<u>2.463</u>

### Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas *in-itinere*, insalubridade e Artigo no 253 à CLT a funcionários. Com base no posicionamento dos assessores jurídicos patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda.

Outros processos (expectativa de perda possível)

### Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$ 94 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

### ICMS

A Companhia possui alguns autos de infração referentes a divergência na memória de cálculo na base do ICMS e ICMS-ST aplicando a redução sobre suas operações no estado de Minas Gerais, São Paulo e Goiás bem como remessa de mercadoria para armazenagem para empresa sem CNAE de armazenagem. Em 31 de dezembro de 2024, o montante envolvido nesses processos, cuja probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$ 9.422 (R\$ 32.512 em 31 de dezembro de 2023).

### Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações de 31 de dezembro de 2024.

### 13. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	1.491	(11.173)
Adições		
Diferenças permanentes	204	671
Diferença de depreciação fiscal vs contábil (vida útil)	9.654	10.089
Exclusões		
Diferenças permanente	(253)	(128)
Diferença de depreciação fiscal vs contábil (vida útil)	(8.922)	(8.466)
Prejuízo fiscal	2.174	(9.007)
Realização dos prejuízos fiscais	(652)	-
Base de cálculo após prejuízo a compensar	1.522	(9.007)
Tributos sobre o lucro		
Imposto de renda a pagar	228	-
Adicional (10%)	128	-
Incentivos fiscais	(9)	-
CSLL a pagar	137	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	484	-

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

#### 14. Patrimônio Líquido

##### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 517.308 de ações ordinárias sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado era de R\$ 460.199 de ações ordinárias sem valor nominal), com preço de emissão no valor de R\$ 1,00 cada, representada por títulos singulares e múltiplos).

#### 15. Receita operacional líquida

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de produtos - mercado interno	96.395	79.092
Receita de venda de produtos - Mercado Externo	82.715	13.643
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(9.993)	(7.316)
Receita operacional líquida	<u>169.117</u>	<u>85.419</u>

#### 16. Despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Classificados como:		
Despesas com vendas	(4.919)	(2.324)
Despesas gerais e administrativas	(21.342)	(13.213)
Outras receitas operacionais	(407)	(1.114)
Total	<u>(26.668)</u>	<u>(16.651)</u>
Despesas por natureza		
Despesas variáveis de venda	(4.919)	(610)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(6.197)	(1.831)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	(13.773)	(12.066)
Despesas com depreciação e amortização	(1.372)	(1.030)
Outras receitas e despesas	(407)	(1.114)
Total	<u>(26.668)</u>	<u>(16.651)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimento financeiro	1.093	63
Outras receitas financeiras	136	211
Total Receitas financeiras:	1.229	274
Despesas Financeiras:		
Outras despesas financeiras	(318)	(82)
Total Despesas Financeiras:	(318)	(82)
Variação Cambial Líquida	8.897	(276)
Resultado financeiro líquido	9.808	(84)

18. Cobertura de seguros

Os bens, interesses e responsabilidades em 31 de dezembro de 2024, estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais riscos:

Descrição	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	85.640
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	154.962
Materiais e Matéria Prima	Incêndio e riscos diversos	24.860
Total		265.462

Administração da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.